



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reflexões sobre a Geopolítica no contexto da quarta revolução industrial e dos novos desafios de segurança internacional

Ronaldo Gomes Carmona

Janeiro, 2022

Núcleo Defesa e Segurança Internacional

O Núcleo Temático de Defesa e Segurança Internacional do CEBRI objetiva promover debates, reflexões e novos conhecimentos acerca da Defesa Nacional e do ambiente de segurança internacional contemporâneo. A produção de conhecimento e organização das atividades do Núcleo é realizada por um equipe colegiada formada por Conselheiros e Senior Fellows: André Clark, Conselheiro do CEBRI e CEO e Presidente da Siemens Energy no Brasil, com apoio de outros Conselheiros que possuem grande relação com o escopo do Núcleo: o ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, o ex-comandante da ESG e da Marinha do Brasil, Almirante Eduardo Leal Ferreira e Jackson Schneider, que dirige a maior empresa de Defesa do Brasil, a Embraer Defesa e Segurança. Além disso, pelos Senior Fellows Ronaldo Carmona, coordenador deste Núcleo, Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra e ex-Chefe de Planejamento do Ministério da Defesa, e por Paulo Sergio Melo de Carvalho, General de Divisão da Reserva do Exército Brasileiro e especialista em Tecnologia da Informação e Comunicações, responsável pelo Grupo Cyber deste Núcleo.

André Clark

Conselheiro do CEBRI e Vice-Presidente Sênior para o *hub* América Latina da Siemens Energy e General Manager da Siemens Energy Brasil, tendo sido anteriormente presidente e CEO da Siemens Brasil e também CEO da ACCIONA para o Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. André é também Presidente do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB); Vice-presidente da Diretoria Plenária da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Membro do Conselho Empresarial do Conjunto Econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China (BRICS); Membro do Comitê de Líderes da Confederação Nacional de Indústrias e do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (CNI /MEI); Membro do Conselho Consultivo do GRI Club Brasil; Membro do Conselho Superior da Câmara Internacional do Comércio (ICC); Membro da Diretoria e Presidente do Conselho de Transformação Digital do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). É formado em Engenharia Química pela Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA em Finanças e Gestão de Operações pela Stern School of Business, da Universidade de Nova Torque.

Paulo Sergio Melo de Carvalho

General de Divisão da Reserva do Exército Brasileiro, especialista em Tecnologia da Informação e Comunicações, com atuação na área de Cibernética nos níveis político-estratégico e operacional técnico, tendo chefiado o Centro de Defesa Cibernética, de 2014 a 2016, e sendo o primeiro comandante do Comando de Defesa Cibernética, criado em 2016. Atualmente, presta consultoria no setor cibernético e participa na capacitação de recursos humanos, no Brasil e no exterior.

Ronaldo Carmona

Senior Fellow do CEBRI, Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG) e ex-Chefe de Planejamento do Ministério da Defesa. É também professor colaborador do Programa de Mestrado em Engenharia Aeroespacial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e coordenador adjunto da Rede de Pesquisa sobre a Amazônia Azul. Ronaldo Carmona é PhD (Doutor) e MPhil (Mestre) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP).

Sumário

Apresentação	4
Geopolítica e quarta revolução industrial	5
Geopolítica, multilateralismo e segurança internacional	9
Sobre o autor	15

Apresentação

Há quase duas décadas, o CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais) realiza, em conjunto com a Fundação Konrad Adenauer e com a Delegação da União Europeia no Brasil, a Conferência do Forte de Copacabana. Ao longo destes anos, o FORTE, consolidou-se como principal evento da área de segurança internacional no Brasil, assim como no Hemisfério Sul. Atualmente, o FORTE está nos calendários dos eventos regulares anuais de classe mundial voltados para o debate sobre a segurança internacional, tais como a Conferência de Munique, o Fórum de Shangri-la ou o Fórum de Xiangshan.

Durante os dias 16 e 17 de setembro de 2021, ocorreu a 18ª edição da Conferência do Forte de Copacabana sob o tema "*No War Means Peace? International Security Strategies in a New Geopolitical World Order*". Tratou-se da segunda edição consecutiva realizada de forma virtual, em função das restrições da pandemia da Covid-19, a exemplo do que já ocorrera em 2020. A última edição presencial, ocorrida em 2019, teve como tema "*The Fourth Industrial Revolution: Impacts on International Security and the Reshaping of Global Order*".

Esta publicação do Núcleo de Defesa e Segurança Internacional apresenta os textos inéditos que serviram de base para a participação do *Senior Fellow* do CEBRI, Ronaldo Gomes Carmona, professor de geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), em mesas da Conferência do Forte nas edições de 2019 e 2021.

O primeiro texto, "Geopolítica e Quarta Revolução Industrial", refere-se à participação do Prof. Carmona na mesa "*The Fourth Industrial Revolution: Impacts on International Security and the Reshaping of Global Order*" na edição de 2019, no auditório da Escola de Guerra Naval (EGN), na Urca, Rio de Janeiro.

Já o segundo texto, "Geopolítica, multilateralismo e segurança internacional contemporânea" foi a base para a apresentação na mesa "Superando a insegurança: multilateralismo e o papel de alianças transnacionais de segurança" na recente edição de 2021.

Boa leitura!

Geopolítica e quarta Revolução Industrial

Texto-base para apresentação na 16ª Conferência Internacional do Forte de Copacabana, realizada em 20 de setembro de 2019

Tema da mesa: "The Fourth Industrial Revolution: Impacts on International Security and the Reshaping of Global Order"

Ronaldo Gomes Carmona

Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra

Esta edição do tradicional Forte de Copacabana refere-se ao tema que está no "estado da arte" do debate contemporâneo sobre segurança internacional. Por isso, cabe nestas reflexões temas para uma agenda de pesquisa em desenvolvimento, formuladas a partir da base conceitual da Geopolítica, área epistêmica a qual nos vinculamos. Essas reflexões são especialmente importantes em espaços como este, dedicados à segurança internacional e organizados num formato bilateral, brasileiros e europeus, justamente dois grandes espaços geográficos que não são parte direta da contenda geopolítica principal, o que lhes permite pensar com maior autonomia.

Começamos por uma premissa histórica: todas as revoluções industriais precedentes deflagraram mudanças no equilíbrio estratégico e no balanço de forças no sistema internacional. Sem qualquer determinismo, mas com base em disrupções próprias das revoluções industriais, pode-se dizer que há uma relação direta entre estas e *trocadas de guarda* no sistema internacional, tendo levado, nos dois primeiros casos, a substituição da potência hegemônica e no terceiro caso, ao desfecho da Guerra Fria. Vejamos.

O domínio da base técnica que deflagrou a Primeira Revolução Industrial marca a ascensão da Inglaterra que se torna a oficina do mundo e senhora dos mares, emergindo a *pax britânica* por pouco mais de um século.

Na Segunda Revolução Industrial, iniciada na virada do século XIX para o XX, ocorre a emergência da Alemanha, ator principal nas duas guerras mundiais como poder desafiante, e ao mesmo tempo pavimenta a ascensão do *novo hegemon*, os Estados Unidos, que ao término da grande transformação, ao final da Segunda Guerra Mundial, observa o auge de seu poder relativo no mundo, até hoje mantido. A incidência da Segunda Revolução Industrial na Geopolítica, aliás, foi observada por Mackinder ao enfatizar o papel que as mudanças tecnológicas na mobilidade, sobretudo por meio das ferrovias transcontinentais, exercerão sobre o equilíbrio estratégico. Com isso, deslocava-se do mar para a terra, a centralidade do terreno sobre o qual se desenvolveria a guerra.

A Terceira Revolução Industrial, por sua vez, pode-se dizer, está na raiz do desfecho da Guerra Fria, uma vez que marca, por um lado, o recrudescimento da corrida em termos de inovação produtiva e estratégica entre EUA e URSS, resultando no colapso da economia soviética; por outro lado, está na origem dos movimentos iniciais que permitiria a exponencial ascensão chinesa ao longo de quatro décadas¹.

A conjuntura contemporânea marca a ocorrência de um fenômeno de natureza estrutural - a Quarta Revolução Industrial -, que dá seus primeiros e promissores passos alterando potencialmente a base material e técnica-tecnológica - a *infraestrutura* - que rege a balança de poder no sistema de Nações. Esta ocorre em meio a um interregno de hegemonia, marcada por uma transição instável. Novamente, portanto, há uma relação direta entre uma nova revolução tecno-científica, balança de poder e equilíbrio estratégico.

Aqui, reside o núcleo da questão: o mundo vive os primeiros momentos de uma nova revolução tecno-científica – a já mencionada Quarta Revolução Industrial -, com o amadurecimento de um conjunto de tecnologias, que combinadas, redundarão num gigantesco impacto sobre a produtividade e sobre o trabalho e, assim, tem potencial para dar início a um novo ciclo de acumulação sistêmica.

Do domínio destas tecnologias, decorre um *novo silogismo geopolítico* de nossa época: quem dominar os padrões e *standards* da Quarta Revolução Industrial, isto é, sua base técnica-tecnológica, liderará esse novo ciclo de acumulação, e, portanto, de dinamismo da economia mundial. Quem dominar este novo ciclo de dinamismo por meio deste conjunto de tecnologias emergentes – que são, por definição, *de natureza dual* –, estará em condições sem igual para exercer a dominância no sistema internacional neste século XXI.

O comportamento das grandes potências não deixa dúvidas sobre o que tratamos. ReAo anunciar as sanções contra a *bigtech* chinesa Huawei, Donald Trump declarava: “Não podemos deixar que nenhum outro país supere os Estados Unidos na poderosa indústria do futuro. A corrida do 5G é uma corrida que temos que ganhar” (19/04/2019).

O cenário geopolítico contemporâneo, tem como vetor principal, um grande ativismo por parte dos principais países em torno das tecnologias associadas à Quarta Revolução Industrial, seja na busca para dominá-las, seja ainda para impedir que outros tenham acesso ou estabeleçam o padrão dominante – como se observa no ativismo da diplomacia norte-americana contra as *bigtech* chinesas no mencionado caso do 5G. O resultado é o desenvolvimento de *uma nova geração de políticas industriais orientadas por CT&I*, isto é, pelo conhecimento, por parte dos principais países do mundo. Cai por terra o falacioso discurso de natureza ideológica que defendia vivermos numa “era pós-industrial”; ao contrário, a atividade industrial, pelas características da indústria de

¹ Os argumentos sobre os efeitos da Terceira Revolução Industrial sobre a fase final da Guerra Fria estão desenvolvidos em CARMONA, Ronaldo G. *Guerra contínua pela supremacia mundial na Era da Quarta Revolução Industrial*. Caderno de Estudos Estratégicos (Escola Superior de Guerra), p. 5–16, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/esg/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos/arquivos/ediomediarode2019v2.pdf>

transformação, segue no núcleo do desenvolvimento contemporâneo das principais potências.

Tendo em vista que, em geral, estas novas tecnologias são de *uso dual*, isto é, tem aplicação civil e militar, do desenvolvimento da Quarta Revolução Industrial decorre uma mudança no equilíbrio estratégico e na própria natureza da guerra.

Cada vez mais, como diria Spykman, estão borradas as fronteiras entre guerra e paz; há um *sistema de guerra contínua*, voltada a busca pela supremacia entre as grandes potências que, contudo, não altera a percepção de paz, tendo em vista estar se desenvolvendo atualmente *um conflito de espectro ampliado* que envolve ou a afirmação, ou a contenção e declínio das expressões do Poder Nacional.

Há uma alteração no *centro de gravidade* do conflito, que cada vez menos utiliza-se do clássico confronto militar direto, visando a aniquilação física do inimigo, e cada vez mais volta-se à destruição da base material e tecnológica e de sua "vontade de lutar". É a reafirmação da ideia de que a vitória suprema na guerra é conquistá-la sem confronto direto, dita talvez pela primeira vez, há muitos séculos, pelo estrategista chinês Sun Tzu. Ou da máxima clausewitziana, quanto à dominância da política no conflito, isto é, da grande estratégia, que envolve todos os meios da Nação. Portanto, neste debate que envolve um conjunto de questões quiçá originais, há que se observar o que realmente é novo, e o que não é tão novo assim no pensamento estratégico.

Neste *sistema de guerra contínua*, sob a aparência de paz, envolve-se uma plethora de meios "não-militares", associadas às ações militares "não-cinéticas", notadamente guerra psicológica por meio de cada vez mais sofisticadas operações de informação e pelo desenvolvimento da guerra cibernética associada ao desenvolvimento do poder espacial.

Nesta "guerra-não-guerra" encontra um conjunto de ações cujo dano pode ser equivalente, em potencial, às guerras clássicas; estas vão de um conjunto de ações combinadas de guerra comercial, econômica, financeira e tecnológica, por um lado, e por outro lado, de ações de natureza psicossocial, relacionadas à quebra da coesão nacional e, portanto, da estabilidade do Poder Nacional do adversário. Exemplos são muitos, mas ações supostamente bem intencionadas que deflagram revoluções coloridas de "*regime change*"; as que buscam manipular processos eleitorais alheios; ou ainda as que dissimulam objetivos, como no caso da atual campanha mundial relacionada à Amazônia brasileira, são os casos mais importantes a destacar.

O fato é, que ao final da Guerra Fria, vitoriosos, os Estados Unidos declararam, em documento de 1992, que "*our first objective is to prevent the re-emergence of a new rival*". Este objetivo máximo do país líder do bloco vitorioso na Guerra Fria, contudo, estava *comprometido* pela própria decisão que originou seu desfecho: possibilitar o desenvolvimento intensivo do velho "Império do meio" (a China) tendo em vista o estrangulamento do inimigo principal, a União Soviética. Ou seja, pode-se dizer que ao desfecho da Guerra Fria, já estava *contratada* a ascensão chinesa, iniciada

aproximadamente quinze anos antes com intenso deslocamento de cadeias produtivas do ocidente industrializado para a Ásia, especialmente à China.

Quatro décadas depois, aproximadamente, a notável ascensão chinesa – mensurável objetivamente pelas expressões de Poder Nacional -, modificou estruturalmente o balanço de forças do sistema internacional, tornando disfuncional o sistema de “*global order*” estruturado ao final da Guerra Fria pelo bloco vitorioso. Com isso, no fundamental, alteram-se as posições de “*revisionist power*” e “*status quo power*”: essencialmente, os Estados Unidos passam a atuar como “potência contestadora” do sistema baseado em regras, enquanto a China passa a defendê-lo, pois foi este modelo que permitiu sua ascensão. Esse é o fenômeno novo que se observa na presidência de Trump, com profundas consequências para a organização do sistema de Nações.

Assim, a crise atual da ordem liberal e da própria globalização – a *desglobalização* –, referem-se, em primeiro lugar, a um *objetivo relancionista* dos Estados Unidos, potência vitoriosa recentemente (em termos históricos) na Guerra Fria, e que não aceita o vaticínio de seu declínio. Contudo, os EUA pagam o preço das ações relacionadas à decisão do contencioso da Guerra Fria, com a emergência de um contestador ainda mais forte que o inimigo derrotado há três décadas atrás. Isso levou a uma reorganização da “grande estratégia” americana, explicitada na atual administração Trump.

Some-se ao anterior, ampla insatisfação popular e nacional com os excessos da globalização e do neoliberalismo, às suas *imposições globalistas*, contrárias à ordem westfaliana, as quais se impõem regras supranacionais de instituições internacionais que emergiram com a ordem liberal, em geral formuladas por burocracias multinacionais insensíveis à realidade das pessoas. Vale observar o escrito por Martin Wolff, analista do Financial Times de hoje (19/09/2019), para quem “o capitalismo rentista ameaça a democracia”.

Destes grandes traços estruturais do grande jogo geopolítico que se desenvolve no mundo, produto direto da nova revolução tecno-científica – a Quarta Revolução Industrial –, cabe desenvolver uma agenda de pesquisas tendo em vista, no caso brasileiro, atualizar a Política e a Estratégia Nacional, visando uma postura ativa e não passiva tendo em vista os grandes objetivos nacionais permanentes.

Auditório da Escola de Guerra Naval (EGN),

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2019

Geopolítica, Multilateralismo e Segurança Internacional

Texto-base para apresentação no 18º Conferência Internacional do Forte de Copacabana, realizada nos dias 16 e 17 de setembro de 2021.

Tema da mesa: "Superando a insegurança: multilateralismo e o papel de alianças transnacionais de segurança"

Ronaldo Gomes Carmona

Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra

Agradeço a oportunidade de voltar a esta Conferência, o principal fórum anual na análise de temas de segurança internacional no Hemisfério Sul, que há quase duas décadas é realizado numa exitosa parceria entre o CEBRI e parceiros europeus.

Apresentarei estas contribuições a partir de reflexões acadêmicas, à luz da teoria geopolítica, isto é, do estudo das relações de poder entre Estados nacionais, especialmente entre as grandes potências e nações com aspiração ou "potencialidade de potência", como é o caso do Brasil.

Indo direto ao ponto, uma leitura geopolítica da questão-tema desta mesa, exige, como ponto de partida, uma visão crítica quanto às condições conjunturais e sobretudo as estruturais, para a realização de alianças transnacionais como forma de "superação da insegurança". Afinal, o tema de nossa mesa sugere que alianças multilaterais de segurança são o caminho para a superação da insegurança. Vamos examinar melhor esta ideia.

Primeiro: a superação da situação de insegurança exige a identificação de quais os principais riscos e ameaças a que estamos nos referindo (os fatores de insegurança), para então compreender a melhor forma de enfrentá-los ou dissuadi-los. Por definição, o ambiente de segurança internacional convive com ameaças clássicas e ameaças emergentes ou velhas e novas ameaças como preferem alguns.

A ameaça clássica principal é a de ocorrência de choque agudo, de confronto militar entre Estados nacionais, em especial entre grandes potências. E esta segue sendo, muito especialmente nesta conjuntura de início da terceira década do século XXI, *a principal ameaça existente no sistema de nações*. Afinal, o mundo hoje vive uma *era de competição sistêmica entre grandes potências*, no qual, um polo busca consolidar sua reascensão e o outro, busca frear a ascensão do poder contestador e ao mesmo tempo, reverter perda de poder relativo, como é o caso de China e Estados Unidos, respectivamente. É aquilo que um autor denominou como "retorno da geopolítica", ainda que só os ingênuos acreditarão que um dia ela tenha "ido" para poder agora *retornar*.

Esta acirrada competição ocorre em meio a outro fenômeno estrutural, que é a aceleração no desenvolvimento de tecnologias emergentes – dentre as quais, a inteligência artificial, algoritmos de *big data* e a multiplicação de sensores de *todas as coisas* (IoT) -, que combinadas, dão curso ao que vem sendo denominado como **quarta revolução industrial**, isto é, *um período de disrupção nas forças produtivas* que resultarão num novo salto de produtividade do capitalismo e, portanto, num período marcado por inovações, num ambiente de concorrência interestatal, que possivelmente será exponencializado pela realidade de dois "ecossistemas" – um liderado pelos EUA, outro pela China – em intensa competição tecno-científica.

Este ambiente de disputa sistêmica por liderança – ou por hegemonia no sistema internacional – *não é exatamente uma novidade nas relações internacionais*; este ambiente se observa desde as origens mais remotas da globalização, no transbordamento do "sistema europeu" para o mundo, iniciado com o feito geopolítico épico dos portugueses no final do século XV – do qual nós brasileiros somos herdeiros -, de lançar-se ao mar desconhecido e galgar posições estratégicas por todos os continentes.

De fato, nos 16 eventos de "troca de guarda" no sistema internacional desde o século XV – na compilação proposta no livro de Graham Allison -, apenas 4 destas disputas não resultaram em guerra – pelo menos não em guerra aberta "clássica", isto é, de choque da expressão militar do Poder Nacional dos dois contendores principais.

A pergunta que se coloca, portanto, é se a atual disputa sino-americana *resultará em guerra*. Esta talvez seja a principal questão que mobiliza a inteligência em estudos estratégicos no mundo contemporâneo, que partem do clássico Tucídides e de sua "armadilha" para buscar a resposta. É o que está subjacente ao tema geral desta edição 2021 do Forte de Copacabana: **a ausência de guerra significa paz?**

Se compreendermos a guerra na sua acepção clausewitziana mais nuclear – um ato de força para compelir o outro a fazer sua vontade -, responderemos que *a paz atual* – isto é, a ausência de choque direto entre as expressões militares do poder nacional de China e Estados Unidos -, *é apenas aparente*. Afinal, efetivamente e por vários meios, hoje, os contendores que polarizam esta disputa sistêmica buscam exatamente subjugar o oponente por meio da desconstrução das bases de sua condição de potência, *especialmente em duas chaves*: a capacidade industrial *dual* ancorada na CT&I por um lado, e por outro lado, na quebra da coesão nacional do oponente.

Na busca por afirmar capacidade industrial *dual* ancorada na CT&I, como dito, surgem dois ecossistemas de inovação em disputa, cada vez mais "desacoplados" / desagregado, cujo objetivo é exatamente o de dominar a base técnica que organizará as forças produtivas em escala mundial após a consolidação desta disrupção embalada sob o rótulo de quarta revolução industrial.

A história de *ascensão e queda das grandes potências*, nestes mais de cinco séculos de história mostra, sem qualquer determinismo, que quem dominou a base técnica

emergente ao longo dos ciclos de revolução industrial, estabelece condições para sua hegemonia em escala mundial. Por isso hoje ocorre o que alguns chamam de “*TechWar*”, isto é, uma guerra pela supremacia tecnológica como antecessora da supremacia por poder mundial.

Não apenas os dois grandes contendores medem forças nesta renhida disputa de fundo tecnológico, como outros polos de poder se engajam na contenda; observo com atenção a experiência europeia, que a partir de um diagnóstico que percebe a transição energética como *drive* principal, tem buscado a dianteira nestas tecnologias, como se vê, por exemplo, no caso do hidrogênio verde.

Um *outro lado da moeda* é observar como as disrupções em curso afetam diretamente a *estabilidade do poder nacional*. É a outra face da guerra contemporânea, que demarca seu **caráter híbrido**. Refiro-me às possibilidades abertas pela *sociedade da informação*, para usar a consagrada expressão de Castells, voltada à *quebra da coesão nacional* do oponente, naquilo que séculos atrás Sun Tzu poderia ter chamado de *ganhar a guerra sem dar um único tiro*. O controle dos metadados gerados por 2/3 da humanidade diariamente conectado à internet, permite novas manobras estratégicas no sentido da desestabilização do oponente, e de forma cada vez mais dissimulada.

O fato é que para compreendermos *se a ausência de guerra significa paz*, precisamos voltar ao pensamento clássico. Aquele que talvez seja o principal geopolítico norte-americano, Nicholas Spykman, dizia que,

...“a **campanha militar é o término e não o início da contenda**. A ofensiva psicológica precede à guerra, como a cortina de fogo da artilharia precedia anteriormente o assalto da infantaria. Segundo Clausewitz, a guerra é a continuação da política por outros procedimentos. Segundo Hitler, a paz é o prelúdio da guerra, por outros procedimentos. A consequência disto é que **se apagam quase por completo os caracteres que antes diferenciavam as formas de luta pelo poder em tempos de paz e de guerra (...)** **A guerra está empenhada sem interrupção. A guerra total é permanente”**.

Neste sentido é que precisamos compreender *a natureza da guerra contemporânea, que ocorre de forma permanente sob a aparência de paz*, com uso de velhos instrumentos que hoje são potencializados pelas novas tecnologias, tais como campanhas de desinformação e operações psicológicas voltadas às grandes massas.

Dito isto, na forma de uma *introdução às características principais da atual disputa sistêmica que se trava no mundo*, permite-nos agora discutir a questão do multilateralismo e das alianças transnacionais, título desta mesa.

A primeira questão a considerar é que, a rigor, cada Nação atua de acordo com seus próprios interesses nacionais, numa posição, no limite, egoísta.

A cooperação entre as Nações, via de regra, ocorre em função de fraquezas ou de interesses. No primeiro caso, a *ausência de excedentes de poder*, leva as Nações a buscarem “proteção” dos mais fortes. Já a cooperação decorre da necessidade de combinar esforços para preservar minimamente seu *espaço e margem de manobra*, que por definição será diminuto. Dada estas características poderemos estar de acordo com a ementa proposta nesta mesa que diz que “alianças transnacionais representam importante apoio e segurança para países em situação de insegurança”.

Já os *fortes* – países que reúnem excedentes de poder nacional disponíveis para uso como instrumento de política exterior -, buscarão arranjos multilaterais visando fortalecer sua própria posição, estabelecer seus valores e visão de mundo como dominantes junto a sua esfera de influência.

Estabelecida estas premissas, observemos o papel das atuais alianças multilaterais de natureza securitária. A principal e mais *legítima* delas, o *Conselho de Segurança das Nações Unidas*, encontra-se desde sua fundação, e sobretudo no pós-Guerra Fria, limitado pela regra do consenso entre poderes com interesses, na maioria das vezes, diametralmente opostos. Por outro lado, vai tendo sua legitimidade crescentemente erodida pelo fato de representar um retrato de um balanço de forças de sete décadas atrás.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, a NATO, busca atualizar sua missão em meio a dificuldades quase insolúveis. A rigor, tendo em vista sua finalidade precípua – a disputa da Guerra Fria -, sua missão encerrou-se com a vitória na contenda com o bloco soviético. Contudo, pode-se compreender a tentativa de atualização de sua missão se formos a suas raízes mais remotas: a proposição de Mackinder, o grande geopolítico teórico do poder terrestre, num de seus últimos conceitos, o do “*Midland Ocean*”.

É na visão clássica de Mackinder, e depois de Kennan, Brzezinski e outros – impedir a coalizão de poderes rivais que promovam a coesão da Eurásia contra os interesses da península ocidental europeia e seu aliado norte-americano, onde, parece-me, *se articula a renovação da missão da OTAN*.

Mas não sem grandes contradições. Primeiro, internamente à União Europeia, que como vimos nos últimos anos, envolve não apenas uma polarização geográfica da Europa setentrional com a Europa meridional, como uma polarização política e ideológica – que, aliás, é um fenômeno mais amplo a atingir o Ocidente.

O fato é que **a crise do multilateralismo** é um dos aspectos mais salientes da atual realidade internacional. Como dissemos ao início, ela deve-se, antes que nada, a fatores estruturais. Muitos países com papel de destaque no cenário internacional, como os EUA de Donald Trump, compreendem que os arranjos multilaterais tornaram-se disfuncionais aos seus interesses nacionais: a ampliação ou pelo menos manutenção de seus excedentes de poder.

Dada a realidade mundial polarizada, hoje, na maioria dos casos, arranjos multilaterais, sobretudo na esfera de segurança internacional, se confundem com alianças em torno

de valores e visões de mundo – no limite, em ideologias. Neste sentido, não há grande diferença entre Trump e Biden. Ambos veem nas *ameaças de autocracias* – como denominam China e Rússia -, seus principais rivais sistêmicos.

Trata-se assim, para o republicano e para o democrata, de uma luta entre democracia e autocracia. A diferença óbvia reside que o primeiro defendia enfrentar esta disputa num formato unilateral – *America First* -, ao passo que o outro, prega uma renovação da aliança transatlântica com o mesmo objetivo.

A recente retirada abrupta dos EUA e da OTAN do Afeganistão deve servir de lições a serem extraídas. Como observou Robert Kaplan, um importante analista geopolítico americano, em artigo em *The National Interest*², numa autocrítica aos 20 anos da invasão do Afeganistão, diferente da Guerra Fria, “a Guerra Global contra o Terror (...), em última instância, tratava de mudar as complexas sociedades islâmicas de dentro para fora - para as quais a América não estaria à altura da tarefa. A primeira tarefa era essencialmente geopolítica e a segunda tarefa era essencialmente cultural. É por isso que tivemos sucesso no primeiro e falhamos na segunda” (tradução livre).

Algo na linha do que disse Henry Kissinger. Em artigo na *The Economist*³, ele observa que a construção de um Estado democrático moderno no Afeganistão é uma tarefa de décadas, pois trata-se de país cujo atividade política é dispersa entre etnias e clãs, “em uma estrutura basicamente feudal”. Daí o país da Ásia Central ter sido celeiro de derrotas de vários grandes impérios, como recorda a “calamitosa retirada britânica de Cabul, em 1842, na qual apenas um único europeu escapou da morte ou do cativeiro”, da União Soviética em 1979 e agora dos americanos e, secundariamente, dos europeus. A tentativa de impor um Estado à moda ocidental em dois dos casos mencionados e a tentativa de impor de fora um Estado socialista no outro caso, foram refutados por explícita contradição com a formação social afegã. Como não tirar lições disso?

Pode-se dizer também que as potências ocidentais falharam em seu objetivo proclamado nos anos 90 de tornar a China, por meio da interdependência econômica, uma democracia ao estilo americano e da Europa setentrional. Hoje, não apenas a interdependência refluí, como estabelecem-se, como dito, dois ecossistemas de inovação em disputa acirrada.

É nesse contexto, pois, que os dilemas (e a crise) do multilateralismo se apresentam. Com a *erosão relativa* do poder americano, em especial, surge um ambiente de multipolarização, isto é, da existência de múltiplos polos de poder mundial.

Nesse sentido é que dois destes polos, União Europeia e Brasil, têm a similaridade de encontrar-se em esforço de atualização estratégica. Por isso julgo a importância num

² <https://nationalinterest.org/feature/911-way-we-thought-then-193087> (consultado em 13/09/21)

³ “Por que os EUA fracassaram no Afeganistão”, publicado n’O Estado de São Paulo, 28 de agosto de 2021, p.A18.

grau ainda mais elevado deste fórum de diálogo que se realiza neste Forte de Copacabana.

Tanto o Brasil como o bloco europeu historicamente – e hodiernamente -, situam-se num debate interno no âmbito de suas esferas de "inteligência estratégica" marcado por *uma disjuntiva entre maior cooperação ou maior autonomia*.

No caso brasileiro é conhecida nossa tradicional amizade hemisférica com o vizinho do Norte, mas também nossas *aspirações de maior autonomia para o desenvolvimento do projeto nacional* – tendência dominante na maior parte do século XX.

No contexto europeu, o clássico debate entre *atlantismo* e *federalismo* também é marca do pensamento estratégico. São decisões a tomar que estão sobre a mesa, tanto no contexto brasileiro quanto ao europeu, refletindo o fato de que nem um, nem outro é polo principal da disputa que se trava no mundo. A decisão de maior cooperação ou maior autonomia, envolve ganhos e custos que estão sendo mensurados.

Observo, por exemplo, no ambiente europeu, como o debate sobre o conceito chave de *autonomia estratégica* ganha corpo, no contexto de crise da globalização e de reversão, ainda que parcial, de cadeias globais de valor, especialmente com a pandemia. Vejo também com grande interesse, nas palavras da presidente Ursula Von der Leyen, a busca por "preparar a soberania tecnológica da Europa"⁴. São referências importantes para os debates nesta e em futuras edições do Forte.

Concluo observando que a despeito do ambiente internacional desfavorável ao multilateralismo, há temas que terão necessariamente essa abordagem, tais como a questão climática, os conflitos em segurança cibernética ou ainda, a prevenção a novas variantes da pandemia, como se viu agora com o Coronavírus. Nestas questões, novas restrições à autonomia e a margem de manobra nacional poderão ser impostos, pelo que, mesmo países com maiores excedentes de poder não poderão ignorar a necessidade de uma abordagem multilateral nestes temas chaves do debate internacional.

Balsas – Maranhão, 16 de setembro de 2021

⁴ Público, 19 de fevereiro de 2020, p.8

Sobre o autor

Ronaldo Gomes Carmona

Ronaldo Carmona é PhD (Doutor) e MPhil (Mestre) em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP), com Tese e Dissertação em teoria geopolítica. É Professor de Geopolítica da Escola Superior de Guerra (ESG), onde ministra aulas aos cursos de Altos Estudos em Política e Estratégia, de Estado Maior Conjunto e de Inteligência Estratégica, dentre outros. Ainda na ESG, coordena o Grupo de Pesquisa sobre Guerra.

É professor colaborador do Programa de Mestrado em Engenharia Aeroespacial da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É coordenador adjunto da Rede de Pesquisa sobre a Amazônia Azul. Recém organizou o livro *Geopolítica e Energia* (Editora Synergia, 2020), fruto de cursos ministrados, desde 2019, à Agência Nacional do Petróleo (ANP). Foi Chefe de Planejamento do Ministério da Defesa, com responsabilidades pela revisão quadrienal da Política e da Estratégia Nacional de Defesa. Foi assessor para projetos estratégicos nacionais da presidência da FINEP, a agência brasileira de Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Atualmente é *Senior Fellow* do Núcleo Segurança Internacional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Foi conselheiro da Associação Brasileira da Indústria de Defesa (ABIMDE) e membro do Departamento da Indústria de Defesa da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP). Assessorou também, como acadêmico, as presidências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional.



Conselho Curador

Presidente

José Pio Borges

Presidente Emérito

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

Jorge Marques de Toledo Camargo José

Alfredo Graça Lima

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Luiz Fernando Furlan

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Rubens Ricupero

Fundadores

Carlos Mariani Bittencourt

Celso Lafer

Daniel Klabin

Gelson Fonseca Jr.

João Clemente Baena Soares

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Roberto Teixeira da Costa

Eliezer Batista da Silva (*in memoriam*)

Luciano Martins de Almeida (*in memoriam*)

Luiz Felipe Palmeira Lampreia (*in memoriam*)

Luiz Olavo Baptista (*in memoriam*)

Sebastião do Rego Barros Netto (*in memoriam*)

Walter Moreira Salles (*in memoriam*)

Diretora-Presidente

Julia Dias Leite

Conselheiros

André Clark

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Armínio Fraga

Clarissa Lins

Claudio Frischtak

Demétrio Magnoli

Edmar Bacha

Henrique Rzezinski

Ilona Szabó

Izabella Teixeira

Joaquim Falcão

José Aldo Rebelo

José Luiz Alquéres

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Marcos Galvão

Paulo Hartung

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Jaguaribe

Ronaldo Veirano

Sergio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

Conselho Consultivo Internacional

Albert Fishlow
Alfredo Valladão
André Corrêa do Lago
Antonio Patriota
Felix Peña
Flávio Damico
Hussein Kalout
Jackson Schneider
Leslie Bethell
Marcos Caramuru
Marcos Jank
Monica de Bolle
Paolo Bruni
Sebastião Salgado

Senior Fellows

Adriano Proença
Ana Célia Castro
Ana Paula Tostes
Ana Toni
André Soares
Benoni Belli
Carlos Milani
Daniela Lerda
Denise Nogueira Gregory
Diego Bonomo
Evangelina Seiler
Fabrizio Sardelli Panzini
Fernanda Magnotta
Larissa Wachholz
Lia Valls Pereira
Lourival Sant'anna
Mário Ripper
Matias Spektor
Miguel Correa do Lago
Monica Herz
Patrícia Campos Mello
Paulo Sergio Melo de Carvalho
Pedro da Motta Veiga
Philip Yang
Ricardo Ramos
Ricardo Sennes
Rafaela Guedes
Rogerio Studart
Ronaldo Carmona
Sandra Rios
Tatiana Rosito
Vera Thorstensen
Victor do Prado

Associados

Instituições

Aegea
Alterra
BAMIN
Banco Bocom BBM
BASF
BAT Brasil
BDMG
BMA Advogados
BNDES
BRF
Bristow
Brookfield Brasil
Captalys Investimentos
CCCC/Concremat
Consulado Geral do Reino dos Países Baixos no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Consulado Geral da Noruega no Rio de Janeiro
CTG Brasil
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
Dynamo
EDP
Eletrobras
Embaixada da China no Brasil
Embaixada da República da Coreia
Embraer
ENEVA
ENGIE Brasil
Equinor
ExxonMobil
FCC S.A.
Grupo Lorentzen
Grupo Ultra
Haitong
Huawei
IBÁ
IBRAM
Icatu Seguros
iCS
Itaú Unibanco
JETRO
Klabin
Lazard
Light
Machado Meyer
Mattos Filho Advogados
Michelin
Museu do Amanhã
Neoenergia
Paper Excellence
Petrobras
Pinheiro Neto Advogados
Prumo Logística
Repsol Sinopec
Sanofi
Santander
Shell
Siemens
Siemens Energy
SPIC Brasil
State Grid
Suzano
Tecnoil
Total E&P do Brasil
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Equipe CEBRI

Diretora-Presidente
Julia Dias Leite

Diretora de Projetos
Luciana Gama Muniz

Diretora de Relações Institucionais e Comunicação
Carla Duarte

Projetos

Diretora Adjunta de Projetos
Marianna Albuquerque

Coordenadores de Projetos
Hugo Bras Martins da Costa
Léa Reichert
Marina do Couto Rosa
Liuzzi

Analistas de Projetos
Eduardo Neiva Souza
Thais Jesinski Batista

Estagiária
Larissa Vejarano

Relações Institucionais

Coordenadora de Parcerias
Cintia Hoskinson

Coordenadora de Relações Institucionais
Fernanda Araripe

Coordenador de Projetos Especiais
Caio Vidal

Analistas de Projetos Especiais
Lucas Bilheiro
Bruno Garcia

Estagiário
Heron Fiório

Comunicação e Eventos

Diretora Adjunta de Relações Externas
Betina Moura

Coordenadora de Eventos
Nana Villa Verde

Coordenadora de Comunicação Institucional
Renata Fraga

Analista de Comunicação
Paula Reisdorf

Analistas de Eventos
Nana Maria Barbosa
Priscila Carvalho

Analista de TI
Eduardo Pich

Secretária Executiva
Rigmor Andersen

Administrativo e Financeiro

Coordenadora Administrativa-Financeira
Fernanda Sancier

Analista Administrativo
Kelly C. Lima

CEBRI

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br

[@cebrionline](#)

cebri.org